

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
5ª VARA DO TRABALHO DE JUIZ DE FORA – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
TARCÍSIO CORRÊA DE BRITO



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 10.770, de 1º-11-2003

Data da instalação: 14-10-2005

Data de implantação do PJe: 15-4-2015

Jurisdição: Juiz de Fora, Belmiro Braga, Bicas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Descoberto, Ewbank da Câmara, Goianá, Guarará, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Olaria, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio Preto, Rochedo de Minas, Santa Bárbara do Monte Verde, Santana do Deserto, São João Nepomuceno, Senador Cortes e Simão Pereira.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 31-3-2026, p. 5-6.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 23-5-2025

Às 9 (nove) horas do dia 30 de abril de 2026, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Antônio Gomes de Vasconcelos**, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à correição ordinária presencial no âmbito da 5ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora, situada na Avenida Barão do Rio Branco, 1.880 – 5º andar, nos termos do art. 682, XI, da CLT, do art. 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região e do art. 29, I, do Provimento CGJT n. 4/2023.

Presentes o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, **Dr. Tarcisio Correa de Brito**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Jose Geraldo Caldas; os servidores Andresa Cordovil de Souza e Lima, Gabriel Elias Campos, Isabela Salimena de Carvalho, Isabella Matioli e Silva, Luiz Claudio Almeida Santos, Marcia Lucia Vilela Resende Castro, Rogerio Moreira de Resende, Sandra Regina Lawall Barreiros e Tulio Cezar Franchini; os estagiários Anna Beatriz Marendino Segges e Lucas Lamac Barroso Vieira.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 453 processos, distribuídos neste ano até o dia 14-4-2026, apurando-se a média de 7,306 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu, até o dia 14-4-2026, 38 cartas precatórias, nenhuma executória. Das recebidas em 2026, 21 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 870 processos na Instância Superior, sendo que desses 158 processos foram remetidos neste ano até o dia 14-4-2026.

1.4. PROCESSOS COM O MERITÍSSIMO JUIZ DO TRABALHO PARA ELABORAR SENTENÇA/DECISÃO – Há 45 processos para minutar sentença e/ou minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. PROCESSOS AGUARDANDO LAUDO PERICIAL – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 20 processos com perícia designada, aguardando laudo.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 562 mandados expedidos no PJe, no ano em curso, dentre os quais 51 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 52 processos sobrestados.

Em consulta ao Sistema de Gestão de Precedentes (“NUGEP NACIONAL”), constatou-se que não há processos sobrestados com Tema já julgados, com incidentes de Repercussão Geral.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO

1.8.1. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO:

(de 1º-1-2026 até 14-4-2026)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	193
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	374
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	52

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	14
--	----

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Abaixo tabela dos processos mais antigos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução com o referido prazo, com mais de 300 dias:

Processo	Classe	Tarefa	Dias
0010230-80.2025.5.03.0143	Rito ordinário	Sobrestado (Tema 1389)	Desde 9-4-2025

1.9. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO

Existem 1.221 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 1.129 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- 92 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- não há processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2026 até 14-4 -2026.

No mesmo período no ano 2025, havia 1.470 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 1.247 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- 223 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- não há processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2025 e 2026

(dados apurados em 2026 até o dia 14-4)

Decisões na fase execução:

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	60	62	64
02-FEVEREIRO	58	75	56
03-MARÇO	78	74	80
04-ABRIL	46	68	20
05-MAIO	64	60	
06-JUNHO	52	73	
07-JULHO	76	51	

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

08-AGOSTO	70	89	
09-SETEMBRO	60	77	
10-OUTUBRO	93	80	
11-NOVEMBRO	45	46	
12-DEZEMBRO	61	47	
Totais	763	802	220

Alvarás expedidos:

	2024			2025		2026	
	PJE	SIF	SISCONDJ	PJE	SIF	PJE	SIF
01-JANEIRO	131	85		146	92	105	64
02-FEVEREIRO	192	153	16	179	130	138	84
03-MARÇO	112	91	19	254	194	204	128
04-ABRIL	244	162	1	205	156	53	35
05-MAIO	188	136	1	208	132		
06-JUNHO	167	103		201	150		
07-JULHO	308	237	1	286	221		
08-AGOSTO	231	164		197	151		
09-SETEMBRO	218	161		202	139		
10-OUTUBRO	195	131	1	195	157		
11-NOVEMBRO	245	173		164	103		
12-DEZEMBRO	223	174		191	135		
Totais	2454	1770	39	2428	1760	500	311

1.10. INCIDENTES PROCESSUAIS: de acordo com o sistema e-Gestão (item 90.111), dados de 14-4-2026, existem 41 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
--	-------------

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

Embargos de Declaração Pendentes	6
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	33
Tutelas Provisórias Pendentes	2
Total	41

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 30-4-2026 havia 25 processos:

- a) uma por videoconferência (rito sumaríssimo):** 7 processos;
- b) inicial por videoconferência:** 7 processos;
- c) instrução por videoconferência:** 10 processos;
- d) tentativa de conciliação na fase de execução por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010422-76.2026.5.03.0143, 0010490-26.2026.5.03.0143, 0010491-11.2026.5.03.0143, 0010492-93.2026.5.03.0143, 0010465-13.2026.5.03.0143, 0010466-95.2026.5.03.0143, 0011731-69.2025.5.03.0143, 0010245-15.2026.5.03.0143, 0010253-89.2026.5.03.0143, 0010227-91.2026.5.03.0143.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

0010422-76.2026.5.03.0143, 0010465-13.2026.5.03.0143, 0010466-95.2026.5.03.0143, 0011731-69.2025.5.03.0143: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos 0010410-62.2026.5.03.0143; 0010388-04.2026.5.03.0143; 0010252-07.2026.5.03.0143; 0010426-16.2026.5.03.0143; 0010074-92.2025.5.03.0143; 0010266-88.2026.5.03.0143; 0010450-44.2026.5.03.0143; 0010684-60.2025.5.03.0143; 0010373-35.2026.5.03.0143; 0011178-56.2024.5.03.0143; 0011006-80.2025.5.03.0143; 0010806-73.2025.5.03.0143; 0011643-31.2025.5.03.0143; 0010550-33.2025.5.03.0143; 0010804-45.2021.5.03.0143; 0010526-05.2025.5.03.0143; 0010205-33.2026.5.03.0143;

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

0010196-71.2026.5.03.0143; 0010207-03.2026.5.03.0143; 0011181-74.2025.5.03.0143;
 0010380-27.2026.5.03.0143; 0010376-87.2026.5.03.0143; 0010112-70.2026.5.03.0143;
 0010109-18.2026.5.03.0143; 0011099-43.2025.5.03.0143; 0011203-69.2024.5.03.0143;
 0011652-90.2025.5.03.0143; 0010063-29.2026.5.03.0143; 0011640-76.2025.5.03.0143;
 0011453-05.2024.5.03.0143; 0011013-72.2025.5.03.0143; 0011261-71.2025.5.03.0035;
 0010468-02.2025.5.03.0143; 0010114-74.2025.5.03.0143; 0010220-36.2025.5.03.0143;
 0011133-18.2025.5.03.0143; 0010729-64.2025.5.03.0143; 0010082-35.2026.5.03.0143;
 0011639-91.2025.5.03.0143; 0010701-96.2025.5.03.0143; 0011355-83.2025.5.03.0143;
 0011242-32.2025.5.03.0143; 0011299-50.2025.5.03.0143; 0011020-97.2025.5.03.0132;
 0010563-32.2025.5.03.0143; 0011014-91.2024.5.03.0143; 0011335-44.2015.5.03.0143;
 0010658-67.2022.5.03.0143; 0010097-77.2021.5.03.0143; 0010767-57.2017.5.03.0143;
 0010619-02.2024.5.03.0143; 0010959-14.2022.5.03.0143; 0010168-40.2025.5.03.0143;
 0011275-56.2024.5.03.0143; 0010196-81.2020.5.03.0143; 0010691-52.2025.5.03.0143;
 0010226-43.2025.5.03.0143; 0010991-19.2022.5.03.0143; 0011527-59.2024.5.03.0143;
 0010500-41.2024.5.03.0143; 0010385-49.2026.5.03.0143; 0010650-85.2025.5.03.0143;
 0010065-33.2025.5.03.0143; 0011628-62.2025.5.03.0143; 0010906-28.2025.5.03.0143;
 0011297-17.2024.5.03.0143; 0010553-85.2025.5.03.0143; 0010882-97.2025.5.03.0143;
 0011401-72.2025.5.03.0143; 0011335-92.2025.5.03.0143.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

0010162-96.2026.5.03.0143;0010139-53.2026.5.03.0143: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que **não há**, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa	Texto Adicional 1
0000064-72.2014.5.03.0143	Aguardando final do sobrestamento	Execução
0000653-98.2013.5.03.0143	Conclusão ao magistrado	Execução
0010121-66.2025.5.03.0143	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010375-05.2026.5.03.0143	Aguardando audiência	Conhecimento
0010529-33.2020.5.03.0143	Cumprimento de Providências	Execução

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 22 ações civis coletivas em tramitação.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Processo	Tarefa	Texto Adicional 1
0010021-48.2024.5.03.0143	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010091-31.2025.5.03.0143	Aguardando prazo	Execução
0010101-41.2026.5.03.0143	Cumprimento de Providências	Conhecimento
0010151-04.2025.5.03.0143	Aguardando prazo	Liquidação
0010190-69.2023.5.03.0143	Aguardando final do sobrestamento	Execução
0010315-11.2016.5.03.0037	Aguardando prazo	Liquidação
0010391-66.2020.5.03.0143	Controle de parcelamento	Execução
0010570-63.2021.5.03.0143	Aguardando prazo	Liquidação
0010744-72.2021.5.03.0143	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010840-48.2025.5.03.0143	Elaborar sentença	Conhecimento
0010880-30.2025.5.03.0143	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010908-08.2019.5.03.0143	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010922-79.2025.5.03.0143	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011092-85.2024.5.03.0143	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011093-07.2023.5.03.0143	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011162-68.2025.5.03.0143	Aguardando audiência	Conhecimento
0011169-94.2024.5.03.0143	Preparar expedientes e comunicações	Execução
0011468-98.2024.5.03.0037	Aguardando prazo	Liquidação
0011620-85.2025.5.03.0143	Cumprimento de Providências	Conhecimento
0011621-70.2025.5.03.0143	Aguardando prazo	Conhecimento
0011642-95.2015.5.03.0143	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011859-07.2016.5.03.0143	Aguardando prazo	Execução

2.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS EXISTENTES EM PROCESSOS ARQUIVADOS E/OU AINDA ATIVOS – De acordo com levantamento realizado pelo Núcleo Garimpo, constatou-se a inexistência, na unidade judiciária, de débito(s) não efetivamente pago(s) em processo(s) arquivados e/ou a existência de saldo(s) em conta(s) de processo(s) ainda ativo(s).

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2024	2025	2026
Procedimento sumaríssimo/ordinário	37,8	31,6	51,9
Instrução processo físico	0	0	0

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

Instrução processo eletrônico	141	117	118
-------------------------------	-----	-----	-----

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2024	2025	2026
Procedimento sumaríssimo	13	14	12/5/2026 – 14 dias
Procedimento Ordinário	22	22	20/5/2026 – 20 dias
Instrução	113	131	17/8/2026 – 80 dias

DECISÕES/SENTENÇAS PROFERIDAS

Ano 2026, até o dia 14-4, com 62 dias de expediente forense:

	2026	Média dia/útil
Julgados procedentes	28	0,452
Julgados procedentes em parte	106	1,71
Julgados improcedentes	38	0,613
Extintos com resolução de mérito	2	0,032
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	174	2,806
Extintos sem resolução de mérito	13	0,21
Arquivamento	26	0,419
Desistência	11	0,177
Outras decisões sem resolução de mérito	3	0,048
Total sem resolução de mérito	53	0,855
Decisões de conhecimento	227	3,661
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	64	1,032
Conciliações	152	2,452
Decisões de incidentes na liquidação/execução	65	1,048
Total	560	9,032

Ano 2025, com 233 dias de expediente forense:

	2025	Média/dia útil
Julgados procedentes	62	0,266
Julgados procedentes em parte	413	1,773

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

Julgados improcedentes	148	0,635
Extintos com resolução de mérito	8	0,034
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	631	2,708
Extintos sem resolução de mérito	38	0,163
Arquivamento	126	0,541
Desistência	44	0,189
Outras decisões sem exame de mérito	15	0,064
Total sem resolução de mérito	223	0,957
Decisões de conhecimento	854	3,665
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	279	1,197
Conciliações	612	2,627
Decisões de incidentes na liquidação/execução	186	0,798
Total	1.931	8,288

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do secretário, que as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, com pautas duplas às quartas e quintas-feiras, iniciando-se às 8h, no turno da manhã e 13h, no período da tarde. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as iniciais de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

Informou, ainda, o Secretário da Vara do Trabalho, que a Unidade faz o uso efetivo do Sistema de Designação de Oitiva de Testemunhas por Videoconferência (SISDOV), e do Sistema de Cálculo Trabalhista do Processo Judicial Eletrônico (PJE-CALC) e utiliza o acesso ao Sistema Garimpo.

Em atendimento ao artigo 32, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece, nesta unidade organizacional, cinco dias úteis na semana.

Recomenda-se aos magistrados, quanto à residência, que cumpram a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenham o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

Audiências realizadas em março de 2026, com 22 dias úteis:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	7	0,318
Conciliação em execução	18	0,818
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0
Inicial/Inicial (rito ordinário)	108	4,909
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	111	5,045
Una/Una (rito sumaríssimo)	105	4,773
Total	349	15,864

TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS DE 2025 e 2026
(dados apurados em 2026 até o dia 14-4)

Audiências realizadas:

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	52	118	70
02-FEVEREIRO	156	290	165

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

03-MARÇO	218	233	349
04-ABRIL	272	252	118
05-MAIO	290	284	
06-JUNHO	235	221	
07-JULHO	287	314	
08-AGOSTO	252	223	
09-SETEMBRO	323	286	
10-OUTUBRO	243	271	
11-NOVEMBRO	208	184	
12-DEZEMBRO	179	187	
Totais	2715	2863	702

Conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução:

	Conhecimento			Execução			Liquidação		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026	2024	2025	2026
01-JANEIRO	31	25	20	3	1	4	3	2	2
02-FEVEREIRO	29	74	46	7	3	5	1	4	5
03-MARÇO	42	52	67	3	4	10	5	3	2
04-ABRIL	58	57	24	5	4	3	3	7	2
05-MAIO	52	60		6	5		5	6	
06-JUNHO	41	35		3	6		16	4	
07-JULHO	50	68		12	2		5	4	
08-AGOSTO	59	54		15	5		4	6	

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

09-SETEMBRO	64	68		21	8		3		
10-OUTUBRO	43	64		8	10		3	3	
11-NOVEMBRO	36	34		3	4		5	1	
12-DEZEMBRO	40	47		5	6		4		
Totais	545	638	157	91	58	22	57	40	11

Sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento:

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	71	72	93
02-FEVEREIRO	54	126	88
03-MARÇO	136	123	144
04-ABRIL	156	115	54
05-MAIO	130	118	
06-JUNHO	118	104	
07-JULHO	136	170	
08-AGOSTO	162	126	
09-SETEMBRO	173	189	
10-OUTUBRO	111	158	
11-NOVEMBRO	119	94	
12-DEZEMBRO	83	71	
Totais	1449	1466	379

Despachos:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

	2024	2025	2026
01-JANEIRO	1054	990	972
02-FEVEREIRO	1466	1555	1338
03-MARÇO	1587	1415	1695
04-ABRIL	1847	1346	558
05-MAIO	1750	1532	
06-JUNHO	1637	1451	
07-JULHO	2175	1724	
08-AGOSTO	1850	1415	
09-SETEMBRO	1782	1586	
10-OUTUBRO	1523	1682	
11-NOVEMBRO	1316	1329	
12-DEZEMBRO	1151	896	
Totais	19138	16921	4563

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2024	2025	2026 até 14-4
Processos recebidos	1.431	1.592	453
Média por dia útil	6	6,833	7,306
Processos remanescentes do ano anterior	533	459	627
Sentenças anuladas	4	8	0
Total de processos para solução	1.968	2.059	1.080

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Processos solucionados	1.449	1.466	379
Processos conciliados	518	612	152
Produtividade	73,628%	71,2%	35,093%

Quanto ao número de processos, verificou-se que, em 2025, houve um aumento de 11,2%. Quanto à produtividade, verificou-se que, em 2025, houve uma diminuição de 2,4%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país. Instrumento eficaz de gestão, o IGEST pode ser utilizado como um balizador da vara na busca por melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. O IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 220, de 20 de janeiro de 2022.

MESOINDICADORES IGEST: (de 1º-1-2026 até 14-4-2026)

5.1.1 MESOINDICADOR ACERVO: O mesoindicador Acervo é composto pelos indicadores I01 – Idade Média do Pendente de Julgamento, I02 – Pendentes e I03 – Taxa de Conclusos com o Prazo Vencido.

I01 – Indicador Idade média do Pendente de Julgamento: representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2023	1	3
2024	13	2
2025	276	1
2026 – ano de referência	329	-
TOTAL	619	0,49

I02 – Indicador Pendentes: representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	725

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	389

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	734

I03 – Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido: representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

(fonte: e-Gestão)

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	52

5.1.2. MESOINDICADOR CELERIDADE: o mesoindicador Celeridade é composto pelos indicadores I04 – Prazo Médio na Fase de Conhecimento, I05 – Prazo Médio na Fase de Liquidação e I06 – Prazo Médio na Fase de Execução.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

I04 – Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento: representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	356	541,947

I05 – Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	145	111,331

I06 – Indicador Prazo Médio Fase de Execução: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	147	992,946

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	9	1.597,667

5.1.3. MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: o mesoindicador Produtividade é composto pelos indicadores I07 – Taxa de Conciliação, I08 – Taxa de Solução e I13 – Taxa de Execução.

I07 – Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento: representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.
(fonte: e-Gestão)

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	152
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	379

I08 – Indicador Taxa de Solução: representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.
(fonte: e-Gestão)

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	379
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	453

I13 – Indicador Taxa de Execução: representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.
(fonte: e-Gestão)

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	93
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	155

5.1.4. MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: o mesoindicador Congestionamento é composto pelos indicadores I09 – Taxa de Congestionamento no Conhecimento e I10 – Taxa de Congestionamento na Execução.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

I09 – Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento: representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	725
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	351

I10 – Indicador Taxa de Congestionamento na Execução: representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	734
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	153

5.1.5. MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO

I11 – Indicador Produtividade por Servidor: representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

(fonte: e-Gestão)

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	351
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	153
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

I12 – Indicador Pendentes por Servidor: representa o total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	725
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	734
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da	11

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

	<p>União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)</p>	
--	--	--

5.1.6. PERFIL DA VARA DO TRABALHO

Perfil da Vara do Trabalho		Juiz de Fora - 05a Vara			
		1º trim 2025 01/04/2024 a 31/03/2025	2º trim 2025 01/07/2024 a 30/06/2025	3º trim 2025 01/10/2024 a 30/09/2025	4º trim 2025 01/01/2025 a 31/12/2025
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,48	0,19	0,07	0,03
	I02 - Pendentes	2.064	2.000	1.982	1.954
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	147,99	146,27	133,70	124,51
	I05 - Prazo médio no cumprimento de sentença (em dias)	480,11	477,94	512,37	504,73
	I06 - Taxa de conciliação (%)	43,84	46,27	47,66	49,80
	I07 - Taxa de solução (%)	100,20	96,01	95,35	91,63
	I12 - Taxa de extinção (%)	100,70	114,69	117,18	118,10
	I08 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	29,37	31,82	31,35	30,00
	I09 - Taxa de congestionamento no cumprimento de sentença (%)	52,71	49,63	49,39	49,01
I10 - Produtividade por servidor	255,36	253,73	253,82	259,82	

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

	I11 - Pendentes por servidor	187,64	181,82	180,18	177,64
Meso	Acervo	0,40	0,35	0,30	0,28
	Celeridade	0,54	0,56	0,56	0,53
	Produtividade	0,44	0,40	0,37	0,38
	Congestionamento processual	0,62	0,60	0,59	0,56
	Força de trabalho	0,53	0,51	0,50	0,49
Macro	IGEST	0,5088	0,4821	0,4631	0,4497
Posição IGEST		109	100	85	78
Movimentação processual		1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

6. ARRECADAÇÃO

– Ano 2025

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$7.380.885,46	R\$2.459.297,38	R\$49.195.124,86

– Ano 2024

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$5.877.769,88	R\$1.434.741,02	R\$43.426.793,85

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, não há portarias vigentes.

8. FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE PESQUISA PATRIMONIAL – Durante a

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de processos aleatoriamente, sendo que não foram encontrados excessos de prazo, **porém ao analisar os incidentes de liquidação e execução pendentes, foram encontrados 13 excessos de prazo).**

Não foram encontrados excessos de prazo em 2025.

Pje

Escaninho de petições não apreciadas : não há processos

Processos no sistema de Gestão Interna Gabinetes e Secretarias (GIGS): 31 -23-4-2026

Tarefa Prazo vencido para as partes 7, desde 24-4-2026.

data de corte: 24-4-2026

Obs.: Embora os processos estejam na Tarefa Prazo Vencido do PJE, encontram-se dentro do lapso temporal para a prática de ato processual estabelecido pela Corregedoria Regional.

10. Gestão Estratégica – Os resultados das metas 2025 estão disponíveis, para fins de conferência e acompanhamento, no seguinte endereço eletrônico:

<https://portal.trt3.jus.br/intranet/menu-tematico/servicos/analise-de-dados/links/metas-nacionais>

Meta 1 CNJ/2025: Julgar mais processos que os distribuídos: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

Cláusula de barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2025, menor que 40%.

Finalidade: aferir o percentual de processos julgados em relação ao número de processos distribuídos no período de referência, inclusive os processos de anos anteriores que passaram a se enquadrar nos critérios da meta e não possuíam julgamento, de modo a diminuir o acervo processual.

Critério de cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano:

- O percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%; ou
- O percentual de cumprimento for inferior a 100%, mas o indicador Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2025, for menor que 40%.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

Apesar da unidade ter atingindo o Índice de Processos Julgados (IPJ) de 93,98%, obteve Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento (TCLC) de 28,59% (inferior a 40%, índice equivalente à cláusula de barreira).

Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.

Meta 2 CNJ/2025: Julgar processos mais antigos: Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).

Finalidade: aferir o percentual de processos antigos julgados em relação ao número de processos antigos distribuídos até o período de referência, de modo a diminuir o acervo processual.

Critério de Cumprimento: percentual de cumprimento da meta por período de referência =

$$\frac{(\text{processos antigos julgados (2023)} / (\text{processos antigos distribuídos-2023} - \text{processos suspensos no mês corrente que foram distribuídos na instância até 12/2023})) \times (1000/9,4);$$

E

$$\frac{(\text{processos antigos julgados (2020)} / \text{processos antigos distribuídos (2020)} - \text{processos que foram suspensos de 01/2025 até o mês corrente que estavam pendentes de julgamento em 31/12/2024, não suspensos em 31/12/2024 e que foram distribuídos na instância até 12/2020}) \times 100.$$

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nos dois indicadores.

Em relação ao primeiro critério, a unidade atingiu IPAJ de 100%, tendo alcançado um índice de cumprimento da meta de 106,38%.

Por seu turno, em relação ao segundo, atingiu o IPAJ de 100%, tendo alcançado um índice de 100% de cumprimento da meta.

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

Meta 3 CNJ/2025: Estimular a conciliação: aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Finalidade: aferir o percentual de processos solucionados por conciliação em relação ao total de processos solucionados, com vistas a reduzir a demanda judicial por meio da adoção de soluções consensuais para os conflitos.

Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

- O grau de cumprimento for igual ou superior a 100%;
- A unidade alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Mediante obtenção de Índice de Conciliação (IC) de 48,91%, a unidade atingiu cumprimento de 116,29% da meta do período, estabelecida em 42,06%. Além disso, por meio de referido IC, atingiu percentual superior à cláusula de barreira, estabelecida em 38%.

Conclui-se, portanto, que a meta foi cumprida.

Meta 5 CNJ/2025: Reduzir a Taxa de Congestionamento: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024.

Cláusula de barreira:

- Taxa de Congestionamento Líquida de Processo de Conhecimento (TCLC) em 2025 \leq 40%
- Taxa de Congestionamento Líquida de Execução Não Fiscal (TCLEXNFISC) em 2025 \leq 65%

Obs.: são necessárias as duas condições em conjunto.

Finalidade: aferir o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais.

Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano:

- O percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%; ou
- Os percentuais de TCLC e TCLEXNFISC forem inferiores ou iguais às cláusulas de barreira estabelecidas.

A Taxa de Congestionamento Líquida em 2025 da unidade foi de 27,87%, atingindo o cumprimento da meta em 105,57%, estabelecida em 29,42%.

A Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento da unidade foi de 28,59%, inferior à cláusula de barreira na fase de conhecimento estabelecida em 40%. Já a Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Execução foi de 27,07%, inferior à cláusula de barreira da fase de execução fixada em 65%.

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e artigo 20, da Resolução nº 435, de 28-10-2021, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

13. SINGULARIDADES DA JURISDIÇÃO LOCAL

13.1. Reconhecimento ao Juiz Titular e Equipe

Dr. Tarcísio, Juiz Titular, ao final da correição, elogiou e agradeceu o comprometimento e foco de toda a equipe. Destacou o ambiente de trabalho positivo e o empenho dos estagiários.

14. ENCAMINHAMENTOS (PPs)

14.1 Restituição de Valores Médicos e Vacinação

Os servidores solicitaram informações sobre a restituição dos valores pagos para os planos de saúde (Unimed e TRT Saúde) no ano corrente, tanto para o titular quanto para os dependentes, além da manutenção da gratuidade do programa de vacinação, inclusive para os dependentes. Instaure-se PP e dê retorno ao servidor quanto à decisão final.

14.2 Sugestões de Melhorias nas Ferramentas de Execução (RENAJUD e CNIB)

Assim como ocorrido na 4ª VT de Juiz de Fora, para o RENAJUD, os servidores da 5ª VT/Juiz de Fora propuseram cooperação com o DETRAN para que a informação de arrematação seja registrada automaticamente e impeça novas penhoras.

Em relação ao CNIB, sugeriram a criação de um campo para informar se o beneficiário da ordem judicial possui assistência judiciária gratuita, agilizando o processo e evitando atrasos.

14.3 Criação de Função de Confiança para Secretários de Audiência

O secretário da unidade judiciária manifestou a necessidade de avaliar a possibilidade de ter dois secretários de audiência por vara, ambos com função de confiança semelhante. Justificou que, em pautas duplas e nas ausências do servidor titular, a vara enfrenta dificuldades para encontrar um colega disponível para acompanhar as audiências da tarde, devido ao término do expediente do secretário e à falta de gratificação para outros servidores que assumissem a função.

15. RECOMENDAÇÕES:

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

15.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que seja realizada a autoinspeção ordinária, com periodicidade mínima anual, em cumprimento do Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 30 DE OUTUBRO DE 2024, nas unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, também, que seja (m):

1) usados, como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes nos Painéis Interativos de Business Intelligence (BI), quais sejam: Painel das Metas Nacionais do CNJ, Painel do IGEST, Painel de Produtividade, Painel de Processos Aptos para Julgamento e Painel da Meta 9 do CNJ (Agenda 2030), disponíveis em <https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/gestao-estrategica/analise-de-dados/principal>;

2) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;

3) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 1/2021 que recomenda “*aos Juízes Titulares e Substitutos, em exercício na Primeira Instância, na capital e no interior que promovam a ampliação da pauta de audiências em ao menos 50 % do quantitativo habitual de audiências realizadas na respectiva vara do trabalho, nos períodos em que houver designação de juiz auxiliar para atuar conjuntamente com o magistrado responsável pela unidade judiciária*”;

4) cumprida a Resolução Conjunta GP.GCR.GVCR N. 211/2021, que regulamenta a utilização do Sistema de Designação de Oitiva por Videoconferência (SISDOV), em cartas precatórias, para a oitiva de testemunhas, partes e auxiliares da justiça;

5) cumprida a Resolução Conjunta GP/GVP1/GCR/GVCR N. 203 de 13 de setembro de 2021 que dispõe sobre a adoção do Fluxograma Paradigma de Liquidação e de Execução, disponível na intranet deste Regional, em serviços – execução paradigma – fluxos de trabalho, modelos de documentos e POPs;

6) cumprido o Ofício-Circular N. GCR/45/2021, diligenciando naqueles processos arquivados definitivamente, após 14-2-2019, com depósitos judiciais/recursais, conforme art. 120 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, segundo o qual “*É condição para arquivamento definitivo do processo judicial, quando na fase de execução, entre outras providências eventualmente necessárias, a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao mesmo processo*”;

7) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 108 da

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e inciso III do artigo 108 do Provimento Geral Consolidado deste Regional. Ademais, deve ser atendida a norma veiculada pelo art. 764 da CLT, no sentido de que *“os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”* (caput), frisando-se que *“os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”* (§ 1º);

8) proferidas sentenças líquidas na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, envidando esforços para que, no mínimo 10% das sentenças prolatadas no mês, por juiz, sejam líquidas, realizadas pelo sistema do PJe-Calc, em cumprimento ao contido na ata de correição realizada neste Regional pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no ano 2021, conforme recomendado por meio do Ofício Circular Conjunto N. GCR/GVCR/15/2021;

9) observadas as diretrizes na realização do juízo de admissibilidade dos recursos, conforme artigo 32, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

10) observado o correto lançamento dos dados nos sistemas garantindo a fidedignidade das informações estatísticas disponibilizadas no Sistema e-Gestão, conforme Recomendação nº1/GCGJT, de 19 de outubro de 2022;

11) esclarecidas quaisquer dúvidas sobre o IGEST e as Metas Nacionais do CNJ, assim como a geração de dados adicionais, por meio da abertura de chamado na Intranet do TRT3 via Portal CSTI (Sistemas>ABERTURA DE CHAMADOS TI E PJE – PORTAL CSTI>Página Inicial > Estatística) ou pelo link (<https://portalcsti.trt3.jus.br/assystnet/#services/227>), atendimento que será prestado pela Divisão de Estatística e Análise de Dados (DESTAD) da Secretaria de Governança e Estratégia (SEGE);

12) utilizada regularmente, pelos magistrados e servidores, a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância – WIKI-VT na tramitação dos processos, conforme Ofício Circular SECVCR/7/2023, de 5 de maio de 2023. A ferramenta pode ser acessada por meio do link (<https://fluxonacional.jt.jus.br/index.php/Especial:Autenticar-se>), mediante login (CPF) e senha. No primeiro acesso, deve-se clicar em “Esqueceu sua senha?”, para receber por e-mail uma senha provisória e utilizá-la para fazer o login no sistema e cadastrar a senha definitiva;

13) cumpridos os Ofícios-Circulares n. CGJT/30/2023 e n. GCR/34/2023, que dispõem sobre arquivamento definitivo do processo de execução no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme o art. 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral, procedimentos contrários, verificados principalmente em reunião de execuções, expedição de precatórios, homologações de acordo e expedição de certidões para habilitação em recuperação judicial/falência, geram efeitos deletérios, porque, além de criarem um desvio estatístico, também implicam prejuízo às Varas do Trabalho e aos magistrados que observam

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

as normas de regência. Para as hipóteses mencionadas deve-se utilizar movimentos próprios: 50127 – Suspensão o processo por reunião de processos na fase de execução (Processo principal nº número do processo); 50142 - Suspensão o processo por falência ou recuperação judicial; e 11014 - Suspensão ou sobrestado o processo por convenção das partes para cumprimento voluntário da obrigação (até que o PJe adote o movimento 15238 - Suspensão o processo por homologação de acordo ou transação).

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

15.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) realizado o correto lançamento da movimentação processual, visando o fornecimento de dados para o sistema e-Gestão;
- 2) efetuada, logo após a oposição de embargos de declaração/execução e/ou após o vencimento dos prazos para impugnação, a remessa do processo para a tarefa “Conclusos os autos para julgamento” do PJe e selecionar o tipo de conclusão correspondente, possibilitando, assim, o início da contagem do prazo para o julgamento de embargos estipulado nos artigos 1.024 do CPC, 897-A da CLT e 885 da CLT;
- 3) mantido o monitoramento dos processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.8 desta Ata;
- 4) mantida sob vigilância e controle a tramitação dos incidentes processuais, dispostos no item 1.10 desta ata;
- 5) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta ata;
- 6) realizadas as notificações das pessoas jurídicas cadastradas no Domicílio Judicial Eletrônico, necessariamente, por esse meio, diante da obrigatoriedade instituída pela Resolução CNJ n. 455/2022 e pela Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral de Justiça;
- 7) utilizada a ferramenta de monitoramento do sistema PJe (SAO03-PE01), para que as nomeações dos peritos judiciais sejam realizadas de forma equitativa, conforme disposição veiculadas pelo parágrafo 1o. Do art. 14 da Resolução CSJT n. 247/2019, salientando que referidos profissionais, na qualidade de “auxiliares da justiça” (art. 149 do CPC), devem ser da confiança deste juízo;

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

- 8) envidados esforços para inclusão em pauta de processos durante a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, a Semana Nacional da Execução Trabalhista e a Semana Nacional de Conciliação do Conselho Nacional de Justiça, a ocorrerem em 2026. Para tanto, será indispensável o esforço e o compromisso desta unidade judiciária para que as semanas de conciliação e execução agendadas transcorram em consonância com as metas traçadas, de forma, ainda, a reafirmar a importância da solução consensual dos conflitos;
- 9) registradas as movimentações dos saldos de depósitos judiciais e recursais em processos arquivados após 14/02/2019, no Sistema Garimpo, em atendimento ao Ofício TRT3/NGAR n. 27/2025 e ao Ato Normativo n. 000009-38.2023.2.00.0500 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- 10) informada, em caso de reunião de execuções, ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP) a reserva de crédito nos processo piloto, logo após solicitada por essa unidade, observando-se o sigilo (não anexar e-mail no processo), bem como efetuado o registro no BNDT;
- 11) mantidos os esforços empreendidos, de modo a assegurar o cumprimento das metas nacionais de 2026;
- 12) realizado, pelo magistrados e pelo servidores, quando liberado pela unidade responsável, o exame periódico de saúde, na data estabelecida pela Secretaria de Saúde deste TRT3, em conformidade com o art. 13 da IN GP n. 21/2016, que dispõe sobre a avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

15.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2025:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

16. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as incluídas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo.

A Correição Ordinária é encerrada às 12 horas do dia 30 de abril de 2026, em sessão pública presencial, nos termos do Edital n.65, divulgação no DJe 31-3-2026, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz Titular da Vara e pelo Secretário da Vara. Prestaram assistência direta ao Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, acima nominado, a servidora Sandra Castro Christiano.

Antônio Gomes de Vasconcelos
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

Tarcísio Corrêa de Brito
Juiz do Trabalho Titular da Vara

José Geraldo Caldas
Secretário da Vara do Trabalho

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria